

A continuidade da política educacional

Os países que tiveram sucesso na execução de suas políticas educacionais forma aqueles que conseguiram assegurar sua continuidade por vários anos, afirma, com razão, Bernardo Kliksberg, cientista social e arguto analista do desenvolvimento social na América Latina.

Recente estudo sobre as desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro realizado pelo Inep-MEC confirma a opinião de Kliksberg. Uma das conclusões desse estudo foi constatar a tendência de ampliação da distância no que se refere a indicadores educacionais como analfabetismo, atendimento escolar, taxa de transição, gasto por aluno e magistério, para citar os mais importantes, entre os estados mais desenvolvidos do Sul e Sudeste e os estados mais pobres das regiões Norte e Nordeste.

A rigor, os desniveis regionais brasileiros só poderão ser enfrentados com sucesso na medida em que se conjugar, entre outros, dois fatores fundamentais: por um lado, uma política de investimento com discriminação positiva para beneficiar as regiões mais carentes e, por outro, a continuidade da política educacional para consolidação da mudança ou da renovação.

É certo que, em muitos casos, torna-se mesmo necessário interromper um projeto ou uma mudança em curso devido a seus efeitos negativos para a política educacional. Todavia, isso só poderá ser feito após uma avaliação criteriosa e de credibilidade pública, de forma a evitar decisões arbitrárias e precipitadas.

Uma política de discriminação positiva, por exemplo, como a de renda mínima e as inúmeras experiências que se multiplicam como a Bolsa-Escola no Distrito Federal e o Salário-Escola, recentemente implementado no Estado de Goiás, só se consolida após vários anos e exige avanços continuados que podem perpassar várias gestões.

No caso do Programa Bolsa-Escola do Distrito Federal, a avaliação feita pela Unesco e pelo Unicef indicou pontos altamente positivos dessa experiência como solução tanto para

os problemas de permanência da criança na escola quanto em relação à melhoria do desempenho do aluno. Essa inovação teve inclusive acolhida favorável do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento que consideraram válida sua ampliação no Brasil e em outros países.

Outro exemplo é o Programa de Garantia de Renda Mínima administrado pelo MEC e que está sendo gradualmente implementado em todo o País com ampla receptividade dos municípios.

A continuidade desses projetos inovadores de renda mínima vinculada à educação é fundamental na perspectiva de uma política de educação de longo prazo. É devido a isso que a Unesco as apóia e acompanha. Isso não significa, todavia, que não devem ocorrer críticas e reajustamentos. Ao contrário, toda ação inovadora precisa estar permanentemente submetida a avaliações e aperfeiçoamentos para assegurar sua eficiência.

Outros exemplos poderiam ser citados de uma extensa amostra existente hoje no Brasil. O que importa sublinhar, no entanto, é a consciência que o gestor deve ter sobre a necessidade de dar continuidade às ações de política educacional que forem avaliadas positivamente. Essa consciência torna-se ainda mais urgente quando se lembra que as eleições no Brasil ocorrem a cada dois anos, não podendo a política educacional ficar submetida ao risco dessas mudanças, como tem acontecido em várias ocasiões.

Em termos de gestão das políticas públicas, sobretudo nos países em desenvolvimento, é preciso ter clareza que o êxito somente acontecerá por uma postura elevada de quem se candidata a uma função de relevância pública, ou seja, a de reconhecer o mérito de um determinado tipo de intervenção social e lutar pelo seu aperfeiçoamento e continuidade. É essa postura que deverá distinguir os homens e as mulheres que darão no próximo milênio um novo sentido à gestão pública em prol do desenvolvimento social e humano.